

MUSEOLOGIA E PATRIMÓNIO

volume 2

Fernando Magalhães
Luciana Ferreira da Costa
Francisca Hernández Hernández
Alan Curcino

COORDENADORES

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais | Politécnico de Leiria

**A FIGUEIRA DA FOZ COMO “LUGAR DE MEMÓRIA” NA ROTA
DA FUGA DA EUROPA OCUPADA DURANTE A
2ª GRANDE GUERRA (1943-1945).
PROPOSTA DE ITINERÁRIO HISTÓRICO**

Irene Vaquinhas

Universidade de Coimbra, Portugal

<https://orcid.org/0000-0003-1889-165X>

1. Introdução

A ascensão da Alemanha nazi a partir de 1933 e as consequentes regulamentações discriminatórias e raciais vão abrir uma nova página na História Mundial que irá afetar a vida de milhares de indivíduos, obrigando-os a abandonar familiares, casas, haveres, países.

Na primavera de 1940, a ocupação nazi de países da Europa setentrional e da Europa ocidental como a Dinamarca, a Noruega, a Holanda, o Luxemburgo, a Bélgica e a França, provoca a fuga massiva de populações aterrorizadas, fenómeno que se precipita a partir do Verão de 1942, com o começo da deportação de judeus (Mühlen, 2012, p. 59). A rota ibérica, através dos Pirenéus, atravessando Espanha até à cidade de Lisboa, porta atlântica de embarque para os restantes continentes, em particular para os Estados Unidos da América, constituía o principal caminho de saída das zonas ocupadas (Pereira, 2017, p. 48). Portugal era, acima de tudo, um país de trânsito.

No processo de êxodo da França ocupada, os vistos concedidos pelo cônsul português de Bordéus, Aristides de Sousa Mendes (1885-1954) (Andringa, 1996, p. 8), à revelia do governo português e desobedecendo a diretrizes superiores, foram, para refugiados judeus ou não-judeus de várias nacionalidades, a “plataforma de esperança” para a tão desejada liberdade (Pereira, 2017, pp. 41-43).

O agravamento da situação política e social europeia leva o regime salazarista, por razões políticas e diplomáticas decorrentes das

obrigações portuguesas em relação à aliança inglesa e como forma de assegurar a neutralidade no conflito (Milgram, 2010, p. 99), a permitir, ainda que com apertadas e progressivas restrições à medida que os fluxos migratórios se massificam, a permanência temporária no país desses contingentes humanos, enquanto aguardam pelo dia de embarque. O receio de perturbação da ordem pública e de difusão, pela população portuguesa, de ideais políticos e ideológicos subversivos, sobretudo comunistas, impôs uma política de “repressão-dissuasão”, canalizando-se os refugiados para “zonas de residência fixa”, fora dos principais centros urbanos, onde eram mais facilmente controlados e vigiados pela polícia política (Pimentel, 1996, pp. 822-823).

A praia da Figueira da Foz, localizada na região centro do país, será uma das localidades escolhidas para esse acolhimento. Desde finais do século XIX, a cidade era um dos mais concorridos locais de veraneio do país, sobretudo após a instalação, na década de 1880, do caminho de ferro que permitiu a ligação a linhas ferroviárias espanholas, o que teve de imediato reflexos no aumento do afluxo de veraneantes, nacionais e estrangeiros, em particular espanhóis, provenientes de regiões fronteiriças. Ao tempo da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a cidade acolherá populações em fuga do conflito (Vaquinhas, 2015, pp. 4757-4778). A sua integração nas rotas do turismo ibérico, por um lado, e as características de cidade-balnear, dotada de infraestruturas adequadas à sazonalidade do veraneio¹, convertem-na, nos anos 1940, numa das escolhas oficiais para local de permanência de refugiados em fuga de países do centro da Europa.

Este estudo tem precisamente como objetivo reconstituir a sua presença na cidade, identificar os locais mais frequentados ou representativos da sua estadia, e propor um itinerário histórico que enquadre a cidade da Figueira da Foz no mapa dos “lugares de memória” da rota da fuga da Europa em guerra.

¹ É na região centro de Portugal que se situam as restantes “zonas de residência fixa”, sendo a maioria estâncias balneares ou termas, dotadas de infraestruturas materiais capazes de acolher grandes contingentes populacionais, mais precisamente as seguintes localidades: Curia, Luso, Caldas da Rainha (e Foz do Arelho), Ericeira e Lousa de Cima (Pereira, 2017, pp. 59-63).

Como metodologia de trabalho, recorre-se ao cruzamento de fontes, de variada tipologia, tanto manuscrita como impressa, pertencendo grande parte ao Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Figueira da Foz (AHMFF), em especial, Autorizações de residência (1930-1945), Programas Visados pela Inspeção dos Espetáculos (1939-1947), e imprensa periódica, entre outros documentos. Durante a guerra, os periódicos locais abordarão o tema com regularidade, a exemplo da crónica “Alô, Alô Bairro Novo”, do jornal *O Figueirense*. Ao tempo, o Bairro Novo era o epicentro da vida social e recreativa da localidade, o qual se converterá, na década de 1940, numa pequena babel de nacionalidades. Essas fontes de informação foram cruzadas com documentos da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), disponíveis no núcleo de Correspondência Recebida da Câmara Municipal da Figueira da Foz, bem como com algumas obras memorialistas e romances, localizados, em termos ficcionais, na praia da Figueira.

Como se define e caracteriza, pois, o turismo memorial? Como é que este se adequa à estância balnear da Figueira da Foz, exemplo representativo do turismo de sol e mar? Que valores e prioridades são defendidos? Que mais valias pode trazer à cidade? Estas são algumas questões a que se procurará dar resposta.

2. Acerca do turismo de memória e da elaboração de itinerários históricos

A abertura europeia das fronteiras na sequência da queda do muro de Berlim, em 1989, veio amplificar o desenvolvimento de um turismo nostálgico e memorial dirigido para locais traumáticos, de sofrimento, de destruição ou de repressão, associados à 2ª Grande Guerra, localizados, sobretudo, na Europa Central e Oriental.

Não sendo um fenómeno inteiramente novo, datando pelo menos do pós-1ª Grande Guerra, então centrado nos principais campos de batalha e nos monumentos comemorativos aos mortos e aos soldados desconhecidos caídos em combate (Jacquot; Chareyron et Cousin, 2018), o turismo de memória constitui uma forma particular de turismo que articula uma forte consciência histórica com a recuperação do testemunho memorial e no qual os aspetos “puramente recreativos são secundarizados” (Crahay, 2014, p. 151), em benefício

de uma relação biográfica, individual ou coletiva, dos visitantes com os lugares percorridos (Betchtel; Jurgenson, 2013, p. 13).

Essas especificidades não só o problematizam enquanto fenómeno turístico, questionando alguns autores essa categorização (Bierwerth, 2011, p. 20; Crahay, 2014, p. 151), como, na linha das leituras psicanalíticas de Paul Ricoeur sobre o culto da memória (Ricoeur, 2000), tendem a associá-lo a um processo de anamnese. De acordo com esta interpretação, constitui uma viagem catártica e terapêutica “em busca das raízes” ou de “encontro consigo mesmo”, senão mesmo de reconciliação com o passado, proporcionando a reconstrução identitária, individual ou de grupo (Bierwerth, 2011, p. 18-21; Besson, 2014; Cirac, 2014, p. 320; Jansen-Verbeke; George, 2015). Turismo da diáspora é uma das designações pelo qual este segmento turístico também é conhecido (Bierwerth, 2011, p. 18), tendo também afinidades com o “dark tourism” ou turismo “mórbido ou macabro”, em particular com a fileira centrada nos locais de conflito ou em espaços associados à morte, à opressão ou ao sofrimento, a exemplo dos campos de concentração (Knafou, 2012; Cirac, 2014, p. 320; Gonçalves, 2017, pp. 29-34).

Um dos seus fundamentos reside no imperativo ético do dever da memória, como forma de exorcizar um passado que “não se esquece” (Jansen-Verbeke; George, 2015). Porém, à medida que desaparecem os indivíduos diretamente envolvidos nos acontecimentos traumáticos ou os seus descendentes diretos e se precipitam os efeitos geracionais dos ciclos de vida, tendem-se a alterar as prioridades valorativas e os padrões deste tipo de turismo, redefinindo-se a escala individual em prol de uma leitura coletiva, nacional, étnica ou cultural (Besson, 2014).

Na atualidade, a instrumentalização pelos poderes públicos do conceito de “dever da memória” procura conferir utilidade e valor económico ao património cultural do passado pondo-o ao serviço das comunidades ou das localidades (Jacquot; Chareyron et Cousin, 2018). Já não se trata apenas de utilizar o turismo como móbil da reconstrução de locais destruídos (Danchin, 2014), mas de reintegrar a dimensão cultural e multiétnica num espaço historicamente considerado e na sua própria evolução. Visa-se restituir uma memória coletiva e conferir valor pedagógico e de uso ao património cultural, concebendo-o como um investimento produtivo, dimensões que se

enquadram no atual gosto “pelo passado”, no reconhecimento do património cultural como um fator de desenvolvimento sustentável (Grefe, 2011, p. 928), e em preocupações sociais e políticas do tempo presente. É o caso da noção de património como “bem comum identitário” (Harzog, 2011), bem como da importância ideológica dos valores da reconciliação e da tolerância, associados à paz, aos direitos humanos e à democracia, princípios subjacentes à reconfiguração do espaço europeu após o termo da segunda Grande Guerra. Pelo seu carácter complexo, o turismo de memória procura proporcionar ao turista ou ao visitante uma experiência intercultural enriquecedora, dando-lhe a conhecer o espaço físico dos acontecimentos ocorridos, assim como transmitir, de uma forma didática, valores educativos que o conduzam a refletir no contexto histórico e nas questões ideológicas que estiveram na sua origem.

A partir destas ideias-força tem aumentado, na vertente do turismo cultural, a oferta de vários tipos de produtos, capazes de potenciarem e de viabilizarem um leque bastante alargado de atividades, sendo as rotas turísticas temáticas sobre a libertação da Europa do domínio nazi, no final da segunda Grande Guerra, um dos casos mais representativos.

Sem a preocupação de exaustividade², é de mencionar a rota Liberation Route Europe, criada pela fundação com o mesmo nome, com sede na Holanda, a qual se insere num projeto cofinanciado pela União Europeia com o apoio de várias organizações e instituições internacionais: universidades, associações de antigos combatentes, museus, agências de turismo, entre outras. De acordo com o site institucional, a sua finalidade é “to bring together national perspectives on the liberation of Europe, to learn and share experiences and understanding, in order to create a unified awareness of the importance of freedom [...] It deals with individual nation states’ selective memories of the war, and calls for an international response,

² São numerosas as visitas ou as rotas turísticas tendo por base o tema da Segunda Grande Guerra oferecidas por numerosas localidades europeias, disponíveis na internet, como é o caso, entre outras, da Visite historique à Vincennes: parcours autor de la seconde guerre mondiale (<https://exploreparis.com/fr/1128-visite-historique-vincennes-parcours-autour-seconde-guerre-mondiale.html>) ou da Randonneurs de mémoire, em várias zonas do Luxemburgo.

by seeking to examine the complex heritage of the Second World War from multiple historical perspectives. It connects this history with life in modern-day Europe, as well as other parts of the world, underscoring the role of international reconciliation and the promotion of reflection: reflection on the value of our hard-won freedoms”³. Os percursos/visitas propostos envolvem vários “lugares de memória” localizados na Bélgica, na República Checa, em França, na Alemanha, no Luxemburgo, em Itália, na Polónia, entre outros países. Não incluem, contudo, Portugal.

Em rigor, uma rota é uma “descrição de um caminho [...] especificando os lugares [...] e propondo uma série de atividades e serviços” (Maia; Baptista, 2011, p. 673), a qual obedece a procedimentos técnicos específicos e a uma lógica estruturante (Figueira, 2013, p. 20).

Em Portugal são em escasso número as propostas de itinerários históricos urbanos relacionados com a presença de refugiados da 2ª Grande Guerra, se bem que algumas autarquias ou outros organismos estatais promovam iniciativas ou disponibilizem equipamentos culturais evocativos da memória do refúgio no século XX. É o caso da câmara municipal de Cascais que criou, no ano de 1999, o espaço Memória dos Exílios⁴, ou do município de Almeida que abriu ao público, no ano de 2017, o Museu “Vilar Formoso Fronteira da Paz. Memorial aos Refugiados e ao Cônsul Aristides de Sousa Mendes”, dedicado à passagem dos refugiados por Portugal durante a segunda Grande Guerra, o qual está alojado na estação ferroviária de Vilar

³ De igual modo, a Fondation pour la Mémoire de la Shoah promove a visita a “lugares de memória” relacionados com o genocídio do povo judeu. <http://www.fondationshoah.org/enseignement/voyages-pedagogiques> (<https://www.visitluxembourg.com/fr/tours-recommandes/tour/t/randonneurs-de-memoire>).

⁴ O “Espaço Memória dos Exílios” tem como objetivo principal, como se pode ler do seu site na Internet, “a evocação da memória de um dos acontecimentos mais relevantes da história do concelho: ter representado um local de refúgio, espera e passagem de milhares de exilados e refugiados no contexto dos conflitos europeus - a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial”. <https://www.cascais.pt/equipamento/espaco-memoria-dos-exilios>. Sobre este mesmo assunto, veja-se também Lima; Neves, 2005.

Formoso, uma das principais fronteiras terrestres de entrada em Portugal⁵.

Já no que concerne a itinerários históricos, um caso conhecido reporta-se à vila da Ericeira, localidade que também foi “residência fixa” (Júnior, 1998), cuja Junta de Turismo disponibiliza aos visitantes, em suporte papel, um percurso por diversos espaços e ruas da vila onde viveram ou passaram refugiados. Estando devidamente identificados, por meio de pequenas fotografias, o folheto refere, entre outros locais a visitar: “Praça da República, local da chegada dos refugiados”, “Registo (painel) de azulejos na rua Miguel Bombarda, antiga Pensão Morais onde se alojou o primeiro grupo de refugiados”, “Prédio adaptado a Sinagoga onde se praticavam os actos da religião judaica”, “Escritório do Unitarian Service Committee no Largo dos Condes da Ericeira que financiava os refugiados (em frente dos correios)”, “Casa na rua Florêncio Granate onde Fritz Teppich viveu entre 1943 e 1946”, entre outras informações. Este tipo de itinerário constitui, pois, uma forma de explorar a relação da história da segunda Grande Guerra com os locais, oferecendo informação sobre os refugiados, o seu quotidiano e atividades, os locais frequentados.

3. A Figueira da Foz como porto de abrigo: os refugiados de “foragidos” a “hóspedes”

No Verão de 1940, a partir da ocupação de França pelas tropas alemãs, precipita-se a afluência de estrangeiros a Portugal, em direção sobretudo a Lisboa, cidade com o único porto de embarque para os Estados Unidos da América, mas também onde se localizavam as embaixadas, os consulados, as organizações internacionais de ajuda, as operadoras de transporte (Lima; Neves, 2005, p. 21). Perante o rumo dos acontecimentos, as autoridades decidem colocar os refugiados em

⁵ Vilar Formoso Fronteira da Paz. Memorial aos Refugiados e ao Cônsul Aristides de Sousa Mendes. <http://www.centerofportugal.com/pt/vilar-formoso-a-fronteira-da-paz/>. Este museu está organizado em seis núcleos expositivos subordinados aos seguintes títulos: “Gente como nós”, “Início do pesadelo”, “A viagem”, “Vilar Formoso – Fronteira da Paz”, “Por terras de Portugal” e “A partida”. Para um melhor conhecimento deste museu veja-se também Ramalho (2014).

“residências fixas”, seguindo o exemplo de outros países, como a França (Pimentel, 2006, pp. 127-134).

De imediato, a imprensa figueirense regista a chegada progressiva de refugiados, em grande número, tanto por via férrea como por automóvel. No dia 24 de Junho é acolhido na cidade o primeiro grupo, vindo de Vilar Formoso, pela linha da Beira Alta, constituído por 85 refugiados de várias nacionalidades, sendo distribuídos por “diversos hotéis e pensões e alguns alugaram casas”⁶. No início de Julho chegaram muitos mais⁷, perfazendo, segundo contas da imprensa, cerca de 600 indivíduos, tendo os grupos sido recebidos com “flagrantes provas de carinho e simpatia para que não sentissem tanto a sua desgraça”. À sua chegada, na estação do caminho-de-ferro da Figueira, esperava-os uma comitiva constituída pelo vice-cônsul de França, na cidade, membros da Comissão Municipal de Turismo e da colónia francesa, bem como por “dezenas de pessoas”⁸.

De “foragidos”, como por vezes eram referidos, os refugiados convertem-se rapidamente em “hóspedes”, traduzindo a evolução linguística registada pela imprensa periódica, a franca hospitalidade com que foram recebidos pela maior parte da população urbana⁹. Irene Flunser Pimentel na sua obra *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial* refere o testemunho do jornalista checo, Eugen Tillinger, refugiado na cidade, o qual parece confirmar as notícias da imprensa. Temendo ser encarcerado num campo semelhante aos franceses, o medo desvaneceu-se ao chegar, esclarecendo que “temos de agradecer, agradecer de todo o coração aos portugueses. A sua simpatia ultrapassa todos os limites (...) Quando chegámos, a autarquia da Figueira da Foz havia convocado, para a Estação de comboio, todos os que sabiam a língua francesa, para nos receber [...] os refugiados de guerra foram recebidos de forma fantástica [...] O cinema ofereceu, à tarde, entrada gratuita [...] Os cardápios dos restaurantes estavam escritos em duas línguas [...] a autarquia proibiu energeticamente aos

⁶ *O Figueirense*, 26 de Junho de 1940.

⁷ “Compreensão”, *O Figueirense*, 3 de Julho de 1940; “Os refugiados de guerra encontraram na Figueira o almejado sossego”, *O Figueirense*, 9 de Julho de 1940; *O Figueirense*, 27 de Julho de 1940.

⁸ “Refugiados”, *O Figueirense*, 29 de Junho de 1940.

⁹ “Compreensão”, *O Figueirense*, 3 de Julho de 1940.

hoteleiros e comerciantes de levar-nos preços mais altos” (Pimentel, 2006, p. 131).

A imprensa refere, com efeito, a chegada à cidade do reputado jornalista, colaborador do *Paris-Soir*, entre outros jornais¹⁰. O seu percurso pela Europa, tal como é definido pela imprensa local - de Paris para Bordéus e dali, através de Espanha, para Portugal - indica que o jornalista foi um dos muitos beneficiados com os vistos concedidos pelo cônsul Aristides de Sousa Mendes¹¹. Não foi, porém, o único: outros também o foram.

A análise de um núcleo de vistos (em número de 104) que, por circunstâncias desconhecidas, integram a documentação do Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz evidencia a diversidade de nacionalidades presentes na cidade, no ano de 1944, cabendo o maior número a naturais de Espanha (43), seguido, em termos decrescentes, pela França (23), Bélgica (14) e Brasil (13) (Quadro VI).

Quadro VI – Repartição das nacionalidades a partir dos títulos de residência (1944)

	SF	SM	TOTAL
Alemanha	1		1
Bélgica	7	7	14
Brasil	3	10	13
Checoslováquia	1		1
Espanha	20	23	43
França	12	11	23
Itália	2	2	4
Suíça	1		1
China		2	2
Holanda		1	1
Polónia		1	1
TOTAL	47	57	104

Fonte: AHMFF, Vistos de autorização de residência de estrangeiros

¹⁰ “Os refugiados de guerra encontraram na Figueira o almejado sossego”, *O Figueirense*, 9 de Julho de 1940.

¹¹ <http://sousamendesfoundation.org/tillinger/> (15-09-2013; 10.40).

Quanto à data de entrada em Portugal, mais de metade (59,6%, 62 casos) dos estrangeiros fizeram-no no ano de 1940 ou em data posterior, enquanto 36,5% (38 casos) entraram no nosso país entre 1933 e 1939. Em 4 casos (3,8%) não há qualquer informação.

3.1. Sob o impacto dos refugiados: as transformações do quotidiano

A passagem de refugiados pela localidade é mencionada em algumas obras de carácter memorialista. Luís Cajão refere no seu livro *As torrentes da memória. Histórias e inconfidências do arco-da-velha*, que, na cidade, “desaguaram algumas centenas de refugiados” (Cajão, 1979, p. 13), “fugindo a Hitler e ao holocausto”, o que vem alterar a sua pacatez e imprimir novos hábitos, tendo exercido um efeito estimulante na sociedade local. Muitos, diz-nos Leitão Fernandes, “puderam [...] encontrar o necessário ambiente acolhedor” e “os próprios cafés do Bairro Novo passaram a ter uma frequência permanente, durante “todo o ano”, o que até ali se não verificava¹². Ou seja, a “infiltração estrangeira”, como lhe chamou Augusto Veiga, animava o Bairro Novo, prolongando a “época de Verão, para a “época de Outono”¹³.

Na cidade a hospitalidade é acolhedora, o risco é escasso, o sol e a luz encantam os estrangeiros, o ambiente é de descontração, a vida corre *suavemente*. Em tempo de Guerra, a cidade fervilha de gente: “pelas artérias da cidade, nos jardins, nas avenidas, nos cafés, nos bancos, nota-se uma constante vibração de línguas estrangeiras, de polacos, de belgas, checos, holandeses e franceses, de ambos os sexos, que dão uma nota de cosmopolitismo a esta cidade”¹⁴. O escritor Miguel Viqueira retrata a praia da Figueira deste período num romance a que deu o título eloquente de *Praiabela* (1994).

¹² Leitão Fernandes, “Breve história do Casino da Figueira”, *A Voz da Figueira*, 7 de Dezembro de 1972.

¹³ *O Figueirense*, 9 de Outubro de 1940.

¹⁴ “Os refugiados de guerra encontraram na Figueira o almejado sossego”, *O Figueirense*, 9 de Julho de 1940.

As transformações do quotidiano são muito referidas na imprensa: a língua francesa substituindo a espanhola e a portuguesa; o aumento da oferta de casas e quartos para arrendar e os anúncios em várias línguas; os títulos e as legendas dos filmes em francês¹⁵; os banheiros que falam francês.... Porém, há um dado que suscitou numerosos comentários: a indumentária e os hábitos femininos, em particular, o uso de calças e o tabagismo. Aliás, em alguns jornais sugeriam-se passeios à Figueira da Foz “para se tomar contacto com a civilização do século XX”, “porque se terá ocasião de ver senhoras com calças e sem elas, e a fumarem como qualquer guarda fiscal vigilantes nas margens dos rios ou costas marítimas”¹⁶.

Um número significativo de refugiados pertencia a “camadas burguesas liberais”, incluindo escritores, pintores, escultores, artistas do espetáculo, músicos, profissionais liberais, comerciantes, inclusive joalheiros. De imediato, o Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz facultou a entrada gratuita nas matinées¹⁷. Perante esta oferta cultural inesperada, as casas de espetáculos recrutam os seus serviços, conseguindo contornar as proibições de trabalho que recaíam sobre os estrangeiros, associando-os a festas com objetivos beneficentes, cujos destinatários tanto podiam ser as instituições locais, como os próprios refugiados. Alguns abrilhantarão espetáculos, outros farão exposições de pintura ou conferências, entre outras iniciativas.

Corresponde a esta situação, o casal de pianistas, Colette Gaveau (1913-1987) e Witold Malcuzyński (1914-1977), os quais, mal desembarcaram, em 1940, na foz do Mondego, “na maior indigência”, segundo informa Luís Cajão, são convidados a atuar no Casino Peninsular, no dia 17 de Julho de 1940, num espetáculo a favor da “assistência figueirense”¹⁸. Polaco de nascimento, discípulo do compositor Paderewsky, grande intérprete de Chopin, Witold Malcuzyński é considerado um dos “últimos pianistas românticos”.

¹⁵ Estas alterações podem ser acompanhadas através dos programas das casas de espetáculo existentes na Figueira da Foz, a partir de Julho de 1940, muitos dos quais se encontram disponíveis no Arquivo Municipal, nas caixas Câmara Municipal. Turismo. Programas Visados. Inspeção dos Espetáculos. 1940.

¹⁶ *O Figueirense*, 20 de Julho de 1940.

¹⁷ *Jornal-Reclamo*, nº 234, 13 de Julho de 1940.

¹⁸ AHMFF. Câmara Municipal. Turismo. Programas Visados. Inspeção dos Espetáculos. 1940.

Chegou à Figueira da Foz, conjuntamente com a sua mulher Colette Gaveau, com vistos de Sousa Mendes, como refere o site da Aristides Foundation. Nesse mesmo mês, o próprio casino organiza em sua homenagem uma outra festa, da qual este seria o beneficiado.

Como esclarece Luís Cajão no seu livro de memórias, o Casino, a 30 de Julho de 1940, através dos seus responsáveis, Arménio Faria e Ernesto Tomé, “organizaram um concerto [...] que rendeu para a época razoavelmente: seis mil escudos”. E prossegue aquele autor na descrição do ocorrido: “Mal Witold Malcuzyński recebeu esta importância, pegou-nos no braço, à mulher e a mim, e levou-nos às pressas para a sala de jogo. Trocado o dinheiro em fichas, repartiu, em parcelas, de dois contos, o dinheiro pelos três. E quis que cada um de nós ocupasse uma mesa de roleta. [...] Um quarto de hora depois, ambos haviam perdido tudo. Eu, entretanto, fora-me ao *guichet* e convertera de novo as fichas em dinheiro [...] que só lhes entreguei no momento de os deixar à porta do hotel” (Cajão, 1979, p. 13).

Alguns anos depois do fim da II Grande Guerra, em 1948, o “genial artista” voltaria à Figueira afim de fazer um recital de piano, no Salão Nobre do Grande Casino Peninsular, em sinal de “agradecimento pelas atenções e carinhos que o rodearam e aos seus compatriotas numa hora incerta das suas existências”¹⁹. Ainda presentemente, o casino da Figueira conserva, numa parede da atual sala de jogo, uma placa alusiva ao concerto realizado pelo casal de refugiados.

As referências a artistas não se ficam por aqui: é o caso do artista de cinema francês Marcel Dalio (1899-1983)²⁰, da escritora também de origem francesa, Gisèle Quittner Allatini (1883-1965), que proferiu várias conferências no Casino e assinou algumas crónicas na imprensa local²¹ ou do pintor, de origem checa, Ivan Sors (1895-1950),

¹⁹ Programa de 28 de Junho de 1948. AHMFF. Câmara Municipal. Turismo. Programas Visados. Inspeção dos Espetáculos. 1948.

²⁰ No dia 7 de Agosto de 1940, o Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz passou no seu cinema o filme “Casa do Maltês”, com o artista Marcel Dalio, “o grande artista do cinema francês que se encontra na Figueira da Foz”. AHMFF. Câmara Municipal. Turismo. Programas Visados. Inspeção dos Espetáculos. 1940.

²¹ “No Casino”, *Jornal-Reclamo*, nº 246, 5 de Outubro de 1940; nº 247 de 12 de Outubro de 1940 e nº 252 de 16 de Novembro de 1940. Como colaboradora da imprensa, deve mencionar-se a sua crónica “Figueira da Foz” no *Jornal-*

personagem central da ficção literária de Afonso Cruz, *O pintor debaixo do lava-louça* (2013) que, em Agosto de 1940, expôs no casino pinturas e desenhos, alguns de pescadores de Buarcos, localidade piscatória junto à praia da Figueira da Foz, dispondo, na atualidade, o Museu Municipal Santos Rocha da cidade, de alguns dos seus quadros, bem como de outros pintores refugiados²². Na ficção literária de Afonso Cruz, Josef Sors residia em casa de um conhecido fotógrafo da cidade, parente do romancista, dormindo num recanto da casa. Como se esclarece no livro: “Por baixo do lava-loiças havia um espaço relativamente grande, que se prolongava por baixo do fogão. Foi aí que se estendeu um colchão e foi aí que Sors passou a dormir, escondido atrás da lenha, com medo que os agentes da PVDE aparecessem a meio da noite” (Cruz, 2013, p. 136).

A cidade aumenta a sua oferta de restauração e nas ruas bem animadas, sobretudo do Bairro Novo, disputavam-se verdadeiras competições musicais entre as várias orquestras que tocavam nos cafés, nos casinos e nos restaurantes, episodicamente acompanhadas por artistas internacionais que a Guerra conduzira até à Figueira e que vão “rodando” entre as várias casas de espetáculos.

O “Café Nicola” atraía um mar de gente com a alegria da “Orquestra Ginásio Jazz” e sobretudo com os solos do violinista David Teller, refugiado russo, acompanhado ao piano por Engleman

Reclamo, nº 262, 25 de Janeiro de 1941. Esta autora redigiu uma carta a Aristides de Sousa Mendes, agradecendo a ajuda recebida em Bordéus, e na qual afirma: “Faço questão de lhe escrever para lhe dizer da profunda admiração que têm por si em todos os países onde exerceu as funções de cônsul. O Senhor é para Portugal a melhor das propagandas, e uma honra para a sua Pátria. Todos aqueles que o conheceram elogiam a sua coragem, o seu grande coração. O seu espírito cavalheiresco, e acrescentam: se os Portugueses são como o Cônsul Geral Mendes, são um povo de cavalheiros e de heróis”. AHD – Processo Disciplinar de Aristides de Sousa Mendes. Acedido em 08 de Maio de 2018. <http://vidaspoupadas.idiplomatico.pt/aristides-de-sousa-mendes/documentos/>

²² “Exposição de pinturas e desenhos”, *Jornal-Reclamo*, nº 240, 20 de Agosto de 1940; “Ivan Sors”, *Jornal-Reclamo*, nº 240, 16 de Novembro de 1940. O museu conserva também quadros de Wanda Ostrowska, pintora polaca. Agradeço à Sra. Dra. Ana Paula Cardoso, da Câmara Municipal da Figueira da Foz, estas informações.

Malanzer²³, outro refugiado, e com o trompete de Joaquim Machado; no Café Espanhol atuava a “Orquestra Portuguesa”, da cidade do Porto; no “Casino Oceano”, mais requintado, jantava-se ao som da orquestra e das variedades do seu selecionado programa. Finalmente, na mais recente novidade do Bairro Novo, a marisqueira-bar “Lagosta Vermelha”, “um dos mais luxuosos e frequentados da Figueira”, exibiam-se bailados clássicos espanhóis. “Até certo ponto – diz-nos Luís Cajão - era a minha cidade, uma cidade boémia |...|”, reproduzindo-se, de certa forma, a atmosfera dos Anos 1920.

O jogo de fortuna ou azar, em particular a roleta, refletirá, de igual modo, a importância dos refugiados. Grande número era constituído por “gente abastada que jogava sem preocupações”, com hábitos de “casinar”, como se dizia ao tempo, tendo contribuído para o aumento das receitas provenientes do jogo. Os resultados da exploração do jogo, sobretudo após o ano de 1942, comprovam, de facto, o impacto dos refugiados estrangeiros na vida da cidade, cujos resultados são sobretudo colocados ao serviço da política assistencial da autarquia até ao ano de 1947, nas vésperas de ser constituída a Sociedade Figueira-Praia que passará a ser a proprietária do casino (Vaquinhas, 2012, pp. 224-228).

A presença dos refugiados colocou, no entanto, alguns problemas à autarquia figueirense, sobretudo no que respeita à sua vigilância, desconhecadora do que lhes era permitido ou proibido, obrigando a frequentes pedidos de esclarecimentos à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). A proximidade geográfica relativamente à sede deste organismo, na cidade de Coimbra (cerca de 50 Km), determinaria que não fossem disponibilizados agentes da polícia política para a Figueira da Foz, competindo a fiscalização dos refugiados a funcionários camarários. Trata-se de uma decisão que ajuda a interpretar o ambiente de alguma descontração vivido pelos estrangeiros na cidade²⁴.

²³ No ano de 1946, já depois do termo da Guerra, o violinista David Teller ainda se mantinha na Figueira da Foz, sendo o seu nome referido em cartazes de espetáculos, pelo menos, do dia 22 de Junho de 1946. AHMFF. Câmara Municipal. Turismo. Programas Visados. Inspeção dos Espetáculos. 1946.

²⁴ Os custos da instalação de agentes da PVDE na cidade (dormida e alimentação, pelo menos) corriam pelas autarquias, como se explicita na documentação da PVDE, o que suscitou grande contestação por parte do

A leitura da correspondência recebida pela autarquia figueirense proveniente da PVDE permite captar algumas das restrições a que estavam sujeitos os refugiados e, de certa forma, apreender um pouco do seu quotidiano. Assim, era-lhes rigorosamente interdito “fazerem uso de máquinas fotográficas bem como de meios de pintura ou desenhos tentarem fixar pontos que possam ser considerados de interesse estratégico na nossa zona marítima ou fronteira terrestre”²⁵.

Quanto ao local do seu alojamento, fosse qual fosse, o proprietário era obrigado, no prazo de 48 horas, a comunicar a presença de qualquer estrangeiro, mesmo que se tratasse de uma única pernoita, sob pena de pagamento de multa. “A fim de intensificar a fiscalização sobre moradas de estrangeiros”, deveria ser enviada, no início de cada semana, a relação de todos os estrangeiros hospedados em hotéis, pensões ou casa de hóspedes²⁶. De igual forma, visitas de estrangeiros a refugiados residentes na Figueira deviam ser imediatamente comunicadas pelo proprietário da residência sob pena de multa. Se o estrangeiro era residente no país, podia admitir-se saídas aos sábados sem que tivesse de se apresentar cada vez que regressa²⁷.

Estas eram as regras, o que não quer dizer que fossem integralmente cumpridas. Apesar de as saídas serem proibidas para distâncias superiores a 3 Km, há referências a deslocações às Alhadass²⁸ (localidade do concelho da Figueira da Foz) e à Curia (cerca de 64 Km), outro local de “residência fixa”, inclusive para a celebração de casamentos. O referido autor Luís Cajão, um jovem nos anos 1940 e

presidente da edilidade local e que é possível acompanhar através da correspondência trocada entre as duas instituições.

²⁵ AHMFF, Pasta PVDE, s. d. (Circular confidencial).

²⁶ Arquivo Histórico de Montemor-o-Velho, Circular Confidencial, da PVDE, de 11 de novembro de 1943, Pasta Documentos relativos à PVDE e PIDE (1937-1975).

²⁷ AHMFF, Pasta PVDE, 5 de agosto de 1944.

²⁸ Nesta localidade, em Novembro de 1940, no posto de registo civil, também se realizou o casamento de Maurice Maucki Maotti, engenheiro civil, natural de Orã (Argélia) com Marcelle Gersslik Kalick, jornalista, natural de Varsóvia (Polónia), *Jornal-Reclamo*, nº 253, 23 de Novembro de 1940. De acordo com a Aristides Sousa Mendes Foundation entrou em Portugal com visto do cônsul Aristides Sousa Mendes.

membro do “Comitê de Recepção aos Refugiados” da Figueira da Foz, narra alguns dos passeios realizados, inclusive a uma festa de casamento na Curia²⁹. Refere também o seu encantamento perante a beleza da polaca Irene Kisterówna que “comia pescada com calda de açúcar” e lhe confidenciava “que o nome mais bonito que eu conheço em português é alguidar. Há-de ser este o nome do meu primeiro filho” (Cajão, 1979, p. 15). Algumas crianças refugiadas são também inscritas no sistema de ensino, mais precisamente na Academia Figueirense, como foi o caso de Edith Liliane Schwarz³⁰, cuja família, segundo a Aristides Sousa Mendes Foundation, terá também recebido visto do cônsul de Bordéus.

A hospitalidade figueirense mereceu a gratidão de quem dela beneficiou, estando depositadas no arquivo histórico municipal algumas cartas de agradecimento tanto endereçadas ao presidente do Conselho de Ministros³¹, Oliveira Salazar, como ao presidente da edilidade local, ao tempo o advogado Rui Manuel Nogueira Ramos (1901-1987), onde se deixa expresso o “acolhimento caloroso” e a “simpatia da população local e dos funcionários camarários”³².

²⁹ É provável que tenha sido o casamento de Grzegorz Fitelberg (compositor e violinista polaco) com Zofia Helene Reicher, na Curia, no Verão de 1940. <http://sousamendesfoundation.org/portugal/figueira-da-foz> (acedido a 13 de maio de 2018).

³⁰ AHMFF, Academia Figueirense, Livro de Matrículas nº 12, 1940-1941, Registo nº 25, 7 outubro de 1940.

³¹ *O Figueirense*, 13 e 17 de julho de 1940.

³² A carta é redigida em francês, enviada das Caldas da Rainha, com data de 29 de Novembro de 1941, e os seus 14 subscritores apresentam-se da seguinte forma: “Nous, les derniers de tous les réfugiés, qui ont trouvés à Figueira da Foz un accueil tellement chaleureux, selon les traditions anciennes de l’hospitalité portugaise, celebre au monde, nous nous permettons d’exprimer, en quittand la ville, à vous-même, Excellence, aussi bien qu’à tous les fonctionnaires de la ville et à sa population le sentiment de nos remerciements les plus profondes. Nous tous souhaitons, que Dieu protege la ville et lui donne un essor et grand future. Veuillez agréer, Excellence, l’expression de notre haute consideration”. De entre as assinaturas que se tornou possível decifrar encontram-se os nomes de Ester Mandelm; Maria Graulard; Edith Liane Schwarz; Erna Schwarz; Gertruda Kautzoós; Haleine Kravowiek e Rachel Moed. AHMFF. Câmara Municipal da Figueira da Foz. Correspondência Recebida. 1941. Diversos – Maço sem número.

4. Proposta de itinerário: na rota dos refugiados da segunda Grande Guerra

Tendo por base o enquadramento histórico sobre a presença de refugiados estrangeiros na cidade ao tempo da segunda Grande Guerra propõe-se um itinerário que percorra alguns dos lugares frequentados ou mencionados nas obras referidas e que se afiguram constituir pontos obrigatórios a visitar, seguindo-se um percurso contínuo com origem na estação ferroviária da cidade³³.

4.1. A Estação do caminho-de-ferro

Inaugurada no ano de 1882, a estação do caminho-de-ferro constituiu, para grande número de refugiados, o primeiro contacto com a cidade, em particular para aqueles que, depois de atravessarem Espanha, seguindo a rota ibérica, entravam em Vilar Formoso, sendo conduzidos, depois, para a Figueira da Foz pela linha férrea da Beira Alta. Na gare da estação eram esperados pelo “Comitê de Recepção aos Refugiados” da Figueira da Foz constituída pelo vice-cônsul de França, na cidade, membros da Comissão Municipal de Turismo e da colónia francesa. O escritor Luís Cajão, ao tempo um jovem, que falava bem francês, também integrava o Comitê, tal como refere na sua obra *As torrentes da memória*.

4.2. Edifício dos paços do Concelho na Av. Saraiva de Carvalho

O edifício dos paços do concelho foi inaugurado no ano de 1897. O seu projeto foi riscado pelos arquitetos italianos Cesare Lanz e Giuseppe Florentini e a decoração interior foi da responsabilidade de Ernesto Korrodi. Neste edifício funcionava a maior parte dos serviços administrativos da edilidade. A vigilância dos refugiados era feita por funcionários camarários com o apoio da polícia política (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), sediada em Coimbra. Nestas instalações

³³ Eventualmente este percurso poder-se-á prolongar até às localidades das Alhadas (concelho da Figueira da Foz) e da Curia (concelho de Anadia e distrito de Aveiro), já fora do perímetro urbano da Figueira da Foz.

também eram divulgados pequenos anúncios de refugiados oferecendo serviços, inclusive “dar lições de Francês, Inglês e Alemão”³⁴.

4.3. O Bairro Novo como o epicentro da residência temporária e do coração social e recreativo da cidade

O lançamento da Figueira da Foz como estância balnear, no 3º quartel do século XIX, obrigou ao alargamento físico da cidade e à construção de casas para banhistas, dado o afluxo cada vez maior de veraneantes. Nasceria, assim, o bairro novo de Santa Catarina, onde se irão instalar infraestruturas destinadas ao veraneio (hotéis, pensões, restaurantes, casinos) e que daria um salto qualitativo, em 1884, com a edificação do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, reconvertido a casino, no ano de 1895, sob a designação de Casino Peninsular da Figueira da Foz (Vaquinhas, 2011, pp. 115-141). Nos anos 1940, o Bairro Novo era um centro muito dinâmico da vida social e recreativa, sendo neste bairro que residiam muitos dos refugiados (em hotéis, pensões, casas e quartos alugados). As referências ao seu bulício poliglota são frequentes na imprensa ou nas obras memorialistas mencionadas. A escritora francesa Gisèle Quittner Allatini refere numa crónica do *Jornal-Reclamo da Mais linda Praia de Portugal* a presença de Aristides Sousa Mendes nas ruas do bairro, no verão de 1940, a quem os estrangeiros “detinham a cada passo para lhe apertarem a mão, para lhe agradecerem”³⁵.

4.3.1. A “Casa Havanesa” e a “Comissão Municipal de Turismo” na Rua Cândido dos Reis

Localizada no coração do Bairro Novo, a Casa Havanesa, livraria e casa de fotografia, fundada em 1885 (Cascão, 2017), constitui um espaço incontornável no apoio aos refugiados. Propriedade de José e Manuel Santos Alves, era a sede dos vice-consulados da Bélgica e de Inglaterra, cargos desempenhados respetivamente pelos dois irmãos. Estes apoiaram muitos refugiados, tendo sido, após a Guerra, condecorados pelos governos belga e inglês, pelos serviços prestados

³⁴ *Jornal-Reclamo*, nº 234, 13 de Julho de 1940.

³⁵ “Figueira da Foz”, *Jornal-Reclamo*, nº 262, 25 de Janeiro de 1941.

em prol da liberdade. Dispunha de um escritório de informações destinado aos refugiados. Na mesma rua funcionava também a Comissão Municipal de Turismo, local que frequentemente era referido na imprensa como a “Casa dos Refugiados na Figueira da Foz”, na medida em que aqui “se encontram o Correio, o Telegrafo, Telefone e, ininterruptamente, desde manhã até às 0 Horas, ali se dão informações. Foi este o edifício que os refugiados adoptaram como a sua casa”, frase redigida por um refugiado, de seu nome Boleslaw Bicliski ³⁶.

Afonso Cruz situa um episódio do seu livro numa loja comercial que se afigura corresponder à Casa Havanesa. Refere o autor, na sua ficção: “O Sr. Costa tinha uma loja de fotografia na rua que ia do jardim para o Casino Peninsular [...] Josef Sors entrou ofegante nessa loja [...] A mulher, a D. Rosa, que estava do lado de dentro do balcão, junto à montra, viu um polícia da PVDE a correr. Fez sinal ao marido e ele mandou Sora esconder-se atrás do balcão. O agente Teixeira entrou [...] Onde é que está o judeu? Qual judeu? – perguntou o fotógrafo? [...] Não é este o judeu que eu perseguia. Onde é que está o outro? O Sr. Costa revirou os bolsos para fora e disse: - Só atendo um judeu de cada vez. Agora é este. Passe por cá noutra altura que há-de encontrar outro [...]” (Cruz, 2011, pp. 127-128).

4.3.2. O Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz

Nos anos 1940, o Grande Casino Peninsular assim designado depois da concessão que lhe foi atribuída na sequência da aprovação da legislação sobre jogo de fortuna ou azar do ano de 1927, ferve e desenvolve-se, em parte, da presença de refugiados, mas também de volframistas, beneficiários de um dos grandes negócios nascidos no quadro da guerra: a venda de volfrâmio (Vaquinhas, 2012, pp. 224-228). A presença dos primeiros no casino está muito documentada, como já se mencionou, estando expostas, numa das paredes da atual sala de jogo, várias placas comemorativas de espetáculos realizados. Convém recordar que muitos refugiados eram consagrados artistas internacionais. Obras memorialistas também os referem, a exemplo de Luís Cajão que, no seu livro *Um secreto*

³⁶ Boleslaw Bicliski, “Apreciações honrosas”, *Jornal-Reclamo*, nº 267, 1 de Março de 1941.

entardecer. Tempos. Lugares. Alguns epitáfios, esclarece como e quando Witold Malcuzyński se decidiu a regressar à Figueira da Foz para fazer um recital no casino, expressivo da gratidão do modo como foi recebido em tempo de guerra (1998, pp. 44-47).

5. Conclusão

O turismo memorial representa um nicho de mercado com enormes potencialidades económicas e culturais. Na Figueira da Foz, um itinerário em torno da segunda Grande Guerra pode complementar a oferta cultural que é disponibilizada pelos organismos oficiais e que têm como escopo a sua riqueza histórica e patrimonial³⁷. Este estudo teve como principal prioridade referir e mapear dados históricos relacionados com o tema e propor um itinerário que se afigura ter sustentação histórica.

A proposta apresentada visa, de igual modo, dar a conhecer a cidade através dos olhos de quem nela permaneceu temporariamente enquanto aguardava pelo momento da partida para fora do país. No meio urbano, os refugiados puderam, inclusive, usufruir de algum espaço de liberdade, desfrutando, em grande parte, da compreensão da população e das autoridades locais. Na atualidade, a Figueira da Foz poderia continuar a beneficiar com este momento singular da sua história, apostando, sobretudo, na reconstituição dos percursos e dos itinerários dos refugiados na cidade, bem como na recolha oral de testemunhos de quem viveu os acontecimentos ou de quem os ouviu contar, contribuindo para a preservação da sua memória coletiva, já que história, literatura e memória se complementam.

A rota proposta afigura-se conter uma forte vertente internacional, com possibilidade de atrair públicos de vários países, de poder vir a integrar circuitos internacionais, a exemplo da *Libération Route Europe*, e de complementar outros recursos turísticos oferecidos

³⁷ É o caso, entre outras, da *Rota Arte Nova Pelas Ruas do Bairro Novo*, iniciativa da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, da cidade da Figueira da Foz. Os serviços culturais da Câmara Municipal têm organizado algumas atividades sobretudo exposições dedicadas ao assunto, mas sem linha de continuidade. Mais complexa se afigura a criação de um centro interpretativo das guerras na cidade.

por organismos da cidade, tendo possibilidade de vir a ser explorada por empresas de animação turística ou outras. A nível nacional seria também conveniente uma articulação concertada com outras localidades que, tal como a Figueira da Foz, também foram “zonas de residência fixa” de refugiados.

A temática do refúgio – convém não esquecer que a Figueira da Foz também foi porto de abrigo de refugiados da Guerra Civil Espanhola – constitui uma matéria sensível, mas que projeta a imagem de uma cidade cosmopolita, aberta e tolerante.

Como se afirmava num dos relatórios da Câmara Municipal, do ano de 1940, “A vinda para a Figueira de grande número de refugiados estrangeiros veio contribuir por uma forma prática e valiosa para uma propaganda em larga escala que de futuro, é de crer, produzirá os melhores frutos”³⁸. Creio também que chegou a altura de usufruir destes frutos, anunciados já no longínquo ano de 1940....

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz (A.H.M.F.F.)

Academia Figueirense, Livro de Matrículas nº 12, 1940-1941.

Câmara Municipal. Secção Policial. Serviços de Estrangeiros. 1 cx. 1930-1945.

Câmara Municipal. Correspondência Recebida. 1939, Maço nº 2574 – Governo Civil de Coimbra.

Câmara Municipal. Turismo. Programas Visados (Inspeção dos Espectáculos). Pastas: Jan-Dez 1942; Jan-Dez 1943; Julho-Dez 1946; Jan-Junho 1947; Julho-Dez 1947; Julho-Dezembro 1948.

³⁸ AHMFF. Câmara Municipal da Figueira da Foz. Relatórios da Gerência. Orçamentos de Receita e Despesa. Planos de Actividades. 1940.

Correspondência recebida da PVDE relativa à emissão/envio de títulos de residência de estrangeiros, 1944, 1 pt.

Câmara Municipal da Figueira da Foz. Correspondência Recebida. 1. Diversa. 1951.

Câmara Municipal. Turismo. Programas Visados. Inspeção dos Espectáculos. 1940; 1946 e 1948.

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Velho

Pasta Documentos relativos à PVDE e PIDE (1937-1975).

Fontes Impressas e Bibliografia:

Andringa, D. (1996). Abranches, Aristides de Sousa Mendes do Amaral. In *Dicionário de história do Estado Novo*. Dir. de Rosas, F. e Brito, J. M. B.. Vol. I: A-L. Venda Nova: Bertrand Editora. p. 8.

Bechtel, D.; Jurgenson, L. (dir.) (2013). *Le tourisme mémoriel en Europe centrale et orientale*. Paris: Éditions Pétra.

Beney, A.; Massy, B.; Loeffel, B; Gass, C. (2014). Étude de cas. Le tourisme macabre. Disponível em:
apps.hevs.ch/blog/getfilesFTO.aspx?id=434.

Besson, Rémy (2014). Delphine Bechtel et Luba Jurgenson (dir.), *Le tourisme mémoriel en Europe centrale et orientale, Lectures* [En ligne], Les comptes rendus, 2014, mis en ligne le 18 mars 2014, consulté le 23 juillet 2019. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/lectures/13980>.

Bierwerth, G. (2011). *Tourisme de mal du pays: revisiter et ré-habiter les lieux d'origine*. Département d'Histoire. Faculté des Lettres. Université Laval. Québec (mémoraire de maîtrise). Disponível em:
<https://corpus.ulaval.ca/jspui/bitstream/20.500.../1/28859.pdf>.

Cajão, L. (1979). *As torrentes da memória. Histórias e inconfidências do arco-da-velha*. Lisboa: Palas Editores.

Cajão, Luís (1998). *Um secreto entardecer. Tempos. Lugares. Alguns epitáfios*, Lisboa, Editorial Escritor / 10 anos.

Cascão, R. (2017). Casa Havanesa: um estabelecimento comercial ao serviço da cultura. In *Casa Havanesa: o encerrar de um ciclo*. Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, Divisão de Cultura, Museu, Biblioteca e Arquivos.

Cirac, S. (2014). Delphine Bechtel et Luba Jurgenson (dir.), *Le tourisme mémoriel en Europe centrale et orientale*, Paris, Éditions Petra, col. Usages de la mémoire. *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, 45(3), pp. 319-325. DOI:10.4074/S0338059914003143.

Crahay, F. (2014). Turismo mémoriel. *Témoigner. Entre histoire et mémoire. Revue pluridisciplinaire de la Fondation Auschwitz*, 117, 2014, 151-152. consulté le 23 juillet 2019. URL: <http://journals.openedition.org/temoigner/1215>. DOI: 10.4000/temoigner.1215

Cruz, A. (2013). *O pintor debaixo do laiva-loiças*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Caminho SA.

Danchin, E. (2014). *Le temps des ruines, 1914-1921*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Espaço Memória dos Exílios. Disponível em: <https://www.cascais.pt/equipamento/espaco-memoria-dos-exilios>.

Figueira, L. (2013). *Manual para elaboração de roteiros de turismo cultural*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.

Figueirense (0), 1936-1941.

Fondation pour la Mémoire de la Shoah. Disponível em: <http://www.fondationshoah.org/enseignement/voyages-pedagogiques>.

Gonçalves, A. F. S. (2017). *Dark Tourism. O lado sombrio do turismo: aplicação à cidade do Porto*. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Instituto Politécnico do Porto (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/10949>.

Grefe, X. (2011). L'économie politique du patrimoine. De la médaille au rhizome. *Le patrimoine, moteur de développement. Heritage, a driver of development, Actes du Symposium de la XVII^{ème} Assemblée Générale de l'ICOMOS / Proceedings of the Icomos general Assembly*. Paris: ICOMOS. pp. 928-936. Disponível em: http://openarchive.icomos.org/1307/1/IV-3-Article6_Grefe.pdf.

Hertzog, A. (2011). Les géographes et le patrimoine. *EchoGéo* [En ligne], 18 | 2011, mis en ligne le 05 décembre 2011, consulté le 19 juillet 2019. URL: <http://journals.openedition.org/echogeo/12840>. DOI: 10.4000/echogeo.12840.

Jacquot, S.; Chareyron, G. et Cousin, S. (2018). Le tourisme de mémoire au prisme du «big data». Cartographier les circulations touristiques pour observer les pratiques mémorielles, *Mondes du Tourisme* [En ligne], 14, mis en ligne le 30 juin 2018, consulté le 22 juillet 2019. URL: <http://journals.openedition.org/tourisme/1713>. DOI: 10.4000/tourisme.1713.

Jansen-Verbeke, M; George, W. (2015). Les paysages mémoriels de la Grande Guerre (1914-1918): un changement de paradigme dans la recherche sur le tourisme de mémoire, *Via* [En ligne], 8 | 2015, mis en ligne le 01 novembre 2015, consulté le 23 juillet 2019. URL: <http://journals.openedition.org/viatourism/485>. DOI: 10.4000/viatourism.485.

Jornal-Reclamo da Mais Linda Praia de Portugal (1940-1941).

Júnior, J. C. (1998). *Ericeira 50 Anos Depois... Os refugiados estrangeiros da 2ª Guerra Mundial*. 3ª edição. Ericeira: Mar das Letras.

Liberation Route Europe Foundation. Disponível em: <https://liberationroute.com/pages/liberation-route-europe-foundation>.

Lima, M. J.; Neves, J. S. (2005). *Cascais e a 'memória dos exílios'*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Knafou, R. (2012). *Auschwitz, lieu touristique? Via* [En línea], 1|2012, Publicado el 16 marzo 2012, consultado el 19 julio 2019. URL: <http://journals.openedition.org/viatourism/1593>.

Maia, S. V.; Baptista, M. M. (2011). As rotas como estratégia turística: percepção de benefícios e obstáculos na constituição de rotas museológicas na região de Aveiro. *Tourism & Management Studies*, nº extraordinário 1, pp. 672-682. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277074299_AS_ROTAS_CO_MO ESTRATEGIA TURISTICA PERCEPCAO DE BENEFICIOS E OBSTACULOS NA CONSTITUICAO DE ROTAS MUSEOLOGICAS NA REGIAO DE AVEIRO.

Malcuzyński, W.. Disponível em: <http://old.sousamendesfoundation.org/malcuzyński/>.

Milgram, A. (2010). *Portugal, Salazar e os judeus*. Lisboa: Gradiva.

Mühlen, P. (2012), *Caminhos de fuga Espanha-Portugal. A migração alemã e o êxodo para fora da Europa de 1933 a 1945*. Coimbra: IUC.

Narrativa do projecto "Rotas da cerâmica". Envolvente vista na óptica de processo e na óptica de produto (2006). Caldas da Rainha: CENCAL.

Nora, Pierre (1999). Les lieux de mémoire, *L'Histoire aujourd'hui. Nouveaux objets de recherche. Courants et débats. Le métier d'historien*, coord. Ruano-Borbalan, J.-C., Paris: Éditions Sciences Humaines, pp. 343-348.

Pereira, C. H. (2017), *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*. Lisboa: Edições Colibri.

Pimentel, I. F. (1996). Refugiados. In *Dicionário de história do Estado Novo*. Dir. de Rosas, F. e Brito, J. M. B.. Vol. II: M-Z. Venda Nova: Bertrand Editora. p. 823-825.

Pimentel, I. F. (2006). *Judeus em Portugal durante a I Grande Guerra. Em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Ramalho, M. M. (2014). *Vilar Formoso Fronteira da Paz*, Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

Randonneurs de mémoire. Disponível em:
<https://www.visitluxembourg.com/fr/tours-recommandes/tour/t/randonneurs-de-memoire>.

Ricoeur, Paul (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil.

Rota Arte Nova Pelas Ruas do Bairro Novo. Figueira da Foz (s. d.). Figueira da Foz: Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho.

Sousa Mendes Foundation. Disponível em:
<http://sousamendesfoundation.org>.

Telo, A. J. (2001), “Portugal e a II Guerra Mundial”, *Memória de Portugal. O milénio português*. CARNEIRO, Roberto (coordenação geral de), MATOS, A. T. (coordenação científica de). Lisboa: Círculo de Leitores. pp. 504-505.

Tillinger. Disponível em:
<http://sousamendesfoundation.org/tillinger/>.

Vaquinhas, I. (2015). “Huyendo de la guerra civil: los refugiados españoles en Figueira da Foz (1936-1939)”, *PENSAR CON LA HISTORIA DESDE EL SIGLO XXI, Actas del XII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE*

HISTORIA CONTEMPORÁNEA. Madrid: Uma Ediciones. pp. 4757-4778.
Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5117163>.

Vaquinhas, I. (2013). *O Casino da Figueira. Sua evolução histórica desde o Teatro-Circo à actualidade (1884-1978)*. 2ª edição. Coimbra: Palimage.

Vaquinhas, I. (2011). Apontamentos para a história do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho da Figueira da Foz (1884-1895). *Arquipélago. História*. 2ª série. XIV-XV (2010-2011). pp. 115-141. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10316/33457>.

Viqueira, M. (1994). *Praiabela*. Venda Nova: Bertrand Editora.

Visite historique à Vincennes: parcours autour de la seconde guerre mondiale. Disponível em: <https://exploreparis.com/fr/1128-visite-historique-vincennes-parcours-autour-seconde-guerre-mondiale.html>.

Voz da Figueira, 7 de Dezembro de 1972.